

O ENSINO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS EM MUSEUS: UMA DISCUSSÃO A PARTIR DO REFERENCIAL TEÓRICO DA DIDÁTICA DA HISTÓRIA

Carolina Barcellos Ferreira*
Carina Martins Costa**

RESUMO

A partir do referencial teórico da Didática da História, defendida por pensadores como Jorn Rüsen, o presente trabalho pretende discutir as possibilidades pedagógicas e os desafios inerentes ao ensino de História a partir de museus. A primeira parte do texto abarca uma discussão teórica sobre o conceito de Didática da História e sua validade para a análise de exposições museais. A segunda etapa aborda de forma específica a exposição Kumbukumbu, a qual apresenta como temática as histórias africanas e afro-brasileiras. Na parte final do texto, debate-se os novos desafios colocados ao ensino de História, em especial ao ensino das relações étnico-raciais, a partir dos museus.

Palavras-chaves: História; Educação; Museus; relações étnico-raciais.

ABSTRACT

The aim of this paper is to discuss the pedagogical possibilities and inherent challenges regarding the teaching of History in museums based on the theoretical framework of the Didactics of History, advocated by authors such as Jorn Rüsen. The first part of the paper presents a theoretical discussion about the concept of Didactics of History and about its relevance for the analysis of museum exhibitions. The second part addresses specifically the exhibition Kumbukumbu, which portrays the African and Afro-Brazilian history. In the last part of the paper, new challenges for the teaching of History are discussed, particularly the teaching of ethnic and racial relations based on museums.

Keywords: History; Education; Museums; Ethnic and racial relations.

Fruto de complexas discussões, impulsionadas pelas lutas dos movimentos sociais, as Leis 10.639/03 e Lei 11.645/08 - as quais tornaram obrigatório o ensino das histórias e culturas afro-brasileiras e indígenas no currículo das escolas da Educação Básica - trouxeram para o centro do debate questões tais como a invisibilidade do negro na história do país para além do tema da

* Professora da rede municipal do Rio de Janeiro. Mestranda Profissional em Ensino de História (PROFHIS-UERJ). Bolsista da CAPES. Email: carolinahist@gmail.com

** Professora adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e do Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHIS-UERJ). Email: martinsgaruda@gmail.com.

escravidão e a participação dos diversos grupos indígenas na contemporaneidade. A introdução das chamadas leis afirmativas, no entanto, não traz apenas um novo conteúdo para o ensino de História, pois como afirmam os professores Luciano Magela Roza e Júnia Sales Pereira (2012), há a necessidade de uma reconfiguração da disciplina ao repensar seus pressupostos, princípios e procedimentos no que se refere ao combate ao racismo, além de uma mudança conceitual para ampliar a noção de cultura e a alteração das práticas pedagógicas com a necessária incorporação das dinâmicas culturais do tempo presente no universo escolar. Trata-se, portanto, de uma mudança que nos faz repensar todo o trabalho pedagógico que pretendemos desenvolver, levando-nos a questionar o que desejamos provocar em nossos alunos e como podemos fazer com que os conteúdos do ensino de História dialoguem com os desafios do mundo atual.

Ainda que muitos educadores reconheçam a necessidade de discutir nas salas de aula as questões referentes à importância das culturas africanas na história do Brasil, aos entraves a uma igualdade de oportunidades entre brancos e negros e a um histórico de intolerância religiosa para com as religiões de matriz africana, muitos ainda são os impasses e os limites colocados à implementação da lei 11.645/08 e dos conteúdos que ela defende. Especialmente os professores do Ensino Básico que tentam trabalhar as histórias e culturas afro-brasileiras por meio do viés religioso, como o estudo das congadas ou do candomblé, são em grande medida rechaçados por diversos setores da sociedade. Por um lado, a comunidade escolar, na qual os próprios pais questionam a validade de tal conteúdo, acusando o docente de proselitismo religioso, ou a gestão, uma vez que em algumas instituições os diretores e coordenadores de escolas são os primeiros a barrar qualquer projeto que tente abarcar as religiões de matriz africana. Estes exemplos de impermeabilidade ao tema, tão comuns no cotidiano escolar, encontram respaldo por uma virada conservadora no Congresso Nacional, tendo em vista que nos últimos anos entraram em votação na Câmara Federal dois projetos de leis que, se aprovados, cercearão os professores de História que tratam dos aspectos culturais e históricos das religiões de matriz africana.

O primeiro projeto (PL 7180/2014), de autoria do deputado federal Erivelton Santana (PSC – BA) pretende incluir no terceiro artigo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, referente aos princípios da educação o “respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, tendo os valores de ordem familiar precedência sobre a educação escolar nos aspectos

relacionados à educação moral, sexual e religiosa, vedada a transversalidade ou técnicas subliminares no ensino desses temas”. O mais novo deles é de autoria do deputado federal Izalci Lucas, do PSDB do Distrito Federal, cujo projeto (PL N° 867/2015) pretende incluir nos artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional o programa “Escola sem Partido”, o qual apesar de incluir em seu segundo artigo a neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado e propor a liberdade de crença, aborda em seu terceiro artigo a possibilidade de intervenção dos responsáveis na educação ministrada pela escola e pelos professores ao propor que sejam “[...]vedadas, em sala de aula, a prática de doutrinação política e ideológica bem como a veiculação de conteúdo ou a realização de atividades que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes”. Tais projetos de lei contrariam diretamente a Constituição Brasileira e a Lei de Diretrizes e Bases, que estabelecem o respeito à pluralidade de ideias e à liberdade de expressão, ao invocar uma suposta precedência da família à escola pública, o que inviabilizaria todos os esforços recentes de educadores e dos movimentos sociais.

É dentro deste contexto social de debates e disputas sobre o ensino da história e das culturas africana e afro-brasileira que este artigo pretende, a partir de um aporte teórico fundamentado na ampliação do conceito de Didática da História, refletir sobre o potencial pedagógico dos museus e as suas possibilidades de interlocução com a sociedade, em favor de uma produção que compreenda os desafios atuais da sociedade brasileira, em especial o racismo e a intolerância religiosa.

Didática da História e Museus

Embora a Didática da História seja ainda entendida em muitos meios acadêmicos e escolares como o conjunto dos métodos que facilitariam o ensino nas salas de aula da Educação Básica, há algumas décadas percebe-se um esforço para a ampliação deste conceito, na tentativa de tornar a Didática da História uma disciplina dentro do campo da História, em diálogo com a Teoria da História. Nas palavras do historiador alemão Klaus Bergmann (1989), nessa nova conceituação, Didática da História seria a “disciplina científica que investiga e expõe sistematicamente os processos de ensino e aprendizagem, processos de formação e autoformação de

indivíduos, grupos e sociedades a partir da e pela História, que são os processos de formação dos indivíduos, grupos e sociedades.” (BERGMANN, 1989:30).

Também Jorn Rüsen, outro historiador alemão escrevendo já na década de 1980, acompanha Bergmann e aponta como a conceituação da Didática da História foi se transformando ao longo do século XX, na Alemanha, surgindo a partir da noção de treinamento prático pelos professores da educação escolar, passando por uma discussão mais próxima da pedagogia e das discussões sobre currículo, até chegar na definição defendida por ele naquele momento, segunda a qual,

A Didática da História agora analisa todas as formas e funções do raciocínio e conhecimento histórico da vida cotidiana, prática. Isso inclui o papel da história na opinião pública e as representações nos meios de comunicação de massa; ela considera as possibilidades e os limites das representações históricas visuais em museus e explora diversos campos onde os historiadores equipados podem trabalhar. (RÜSEN, 2006:12)

Dentro desta perspectiva, historiadores brasileiros também problematizaram a questão sobre o campo de atuação da Didática da História. Várias pesquisadoras se dedicaram a pensar as especificidades do saber histórico escolar, como Ernesta Zamboni, Circe Bittencourt, Selva Fonseca, Sonia Miranda, Ana Monteiro, dentre muitas outras, em um esforço de pesquisa e ação que possibilitou maior visibilidade ao campo do ensino de História. Atualmente, no debate ampliado contribuem para a discussão Rafael Saddi, que aponta que a Didática da História abarca todos tipos de elaboração da história, incluindo a produzida nas escolas da Educação Básica, nos meios de comunicação e nas universidades (SADDI, 2012). Oldimar Cardoso aponta que a Didática da História se ocuparia das formas não científicas de produção e divulgação da História, incluindo aí a produção dos meios de comunicação e das escolas de níveis fundamental e médio, e excluindo a produção científica acadêmica (CARDOSO, 2008).

Nessa discussão sobre o espaço de atuação e pesquisa da Didática da História, os autores citados são unânimes em apontar os museus, especialmente os históricos, como espaços privilegiados de pesquisa e ensino, pois se a Didática da História atua nos campos em que se veicula um discurso histórico, os museus, a partir de seus objetos e expografia são, por excelência, um lugar de construção de narrativas históricas. Também Ulpiano de Menezes, a partir de um outro recorte teórico, aponta que “a exposição museológica pressupõe [...] uma concepção da sociedade, de cultura, de dinâmica social, de tempo, de espaço, de agentes sociais e assim por Transversos, Rio de Janeiro, v. 04, n. 04. Ano 02. abr. – set. 2015. |

diante” (MENESES, 1994:25). Portanto, as exposições, sejam elas permanentes ou temporárias, guardariam um discurso sobre a história, do qual nós, pesquisadores e professores, deveríamos nos apropriar para transformá-los em objetos de análise e investigação. Se não fizermos, corremos o risco de reproduzir estas narrativas ao invés de problematizá-las.

Definidos os museus como um espaço possível de atuação da Didática da História, nos resta pensar como poderíamos abordar a questão do discurso histórico veiculado por estas instituições, nosso objeto de análise. Rafael Saddi, apoiado em Jeismann, aponta que o objeto da Didática da História seria a consciência histórica, que nas palavras do pesquisador alemão, compreenderia “o total das diferentes ideias e atitudes diante do passado.” (1977 Apud SADDI, 2012:214). Também Rusen aponta uma definição para a consciência histórica, que poderia ser entendida como “uma categoria geral que não apenas [guarda] relação com o aprendizado e ensino de História, mas cobre todas as formas de pensamento histórico, através dele se experiencia o passado e se o interpreta como história [...]” (RÜSEN, 2006:14). Assim, para Rüsen, a consciência histórica, uma capacidade da qual todos os seres humanos desfrutariam, teria um duplo papel: um interno, o qual estaria alicerçado na noção de identidade; e outro, externo, de direção e orientação temporal. Através de ambos, o indivíduo se orientaria na vida prática e tomaria as decisões a partir do seu entendimento histórico. Mas diferentemente de Jeismann, Rusen não aponta que a consciência histórica seria o objeto da Didática da História, sendo para este autor a ciência responsável por estudar o aprendizado histórico, concebido como:

[...] uma das dimensões e manifestações da consciência histórica. É o processo fundamental de socialização e individualização humana e forma o núcleo de todas estas operações. A questão básica é como o passado é experienciado e interpretado de modo a compreender o presente e antecipar o futuro [RUSEN, 2006: 16].

Chegamos então ao ponto fulcral de nossa análise, nos interrogando sobre como os diversos espaços de memória, em especial os museus, lidam com o passado e como o interpretam a partir das demandas do presente e do futuro. Dentro deste questionamento, Saddi evoca a ideia de “Didática da História Pública”, aquela que atua na investigação da consciência histórica produzida nos meios de comunicação de massa, bem como nos discursos políticos e também nas instituições culturais e religiosas, tais como igrejas de diferentes segmentos, institutos de cultura e museus. A este ramo da Didática da História caberia investigar os temas históricos mais tratados na vida

pública contemporânea, o modo como são abordados, a sua relação com a produção científica e o modo como produzem uma autocompreensão do presente (SADDI, 2012), pois, ainda segundo o autor, essas narrativas interferem diretamente no ensino escolar da história, uma vez que alunos e professores aprendem história não somente com referência à disciplina escolar ou acadêmica de história.

Caberia aqui então trazer um outro conceito utilizado por Rüsen ao tratar das questões relativas à Didática da História e à consciência histórica: a noção de cultura histórica, a qual se poderia definir como “la articulación practica y operante de la consciencia histórica em la vida de una sociedade[...]” (RÜSEN, 2009, p.4) sendo, portanto, complexa elaboração das diversas narrativas sobre o passado formulada por agências, entre elas, as universidades, as artes, a educação escolar e as demais instituições culturais, apropriando e criando uma atmosfera em que determinadas ideias e narrativas históricas se construam, se choquem e se relacionem no embate entre os diversos grupos sociais.

Sintetizando, Rüsen aponta que:

La cultura histórica es, por lo tanto, la memoria histórica (ejercida em y por la consciencia histórica), que se senála al sujeto uma orientación temporal a su praxis vital, em cuanto le ofrece uma direccionalidad para la actuación y una autocomprensión de sí mismo. (RÜSEN, 2009: p.12)

Dentro deste quadro teórico explicitado a partir da ampliação da noção de Didática da História, gostaríamos de aprofundar o questionamento a respeito da forma como as religiões de matriz africana são trabalhadas nos museus e como essas narrativas se relacionam com as demandas apresentadas à sociedade brasileira no que toca pontos como os do racismo e da intolerância religiosa, optando por analisar os limites, os avanços e as possibilidades do acervo relativo à África do Museu Nacional, localizado na cidade do Rio de Janeiro.

O Museu Nacional e a África

O Museu Nacional, inaugurado em 1808 e desde 1892 abrigado no Palácio da Quinta da Boa Vista, no bairro de São Cristóvão, na Zona Norte do Rio de Janeiro, surgiu em meio a um conjunto de medidas implementadas por D. João VI no contexto da transferência da família Real Portuguesa para o Brasil no início do século XIX, sendo seu acervo composto inicialmente por

peças de arte, gravuras, objetos de mineralogia, artefatos indígenas, animais empalhados e produtos naturais. Segundo Lilia Schwarcz, sofrendo da falta de verbas e pessoal qualificado, somente a partir das administrações de Ladislau Netto (1874-1893) e de Batista Lacerda (1895-1915) que o estabelecimento se estruturou segundo os moldes dos grandes centros europeus. (SCHWARCZ, 1993:92), destacando-se como um museu de antropologia, vinculado aos princípios do evolucionismo social então em voga no final do século XIX.

Com a queda do paradigma evolucionista, o museu passou por diversas transformações ao longo do século XX, integrando hoje em dia a estrutura acadêmica da Universidade Federal do Rio de Janeiro e sendo amplamente reconhecido por sua posição como museu de ciências, abrigando coleções referentes aos campos da Antropologia, Botânica, Geologia e Paleontologia.

Da gênese do museu, nascido como um centro de antropologia, surgiu uma riquíssima coleção de objetos produzidos por africanos e seus descendentes no Brasil, entre elas alguns dos objetos que foram recolhidos pela polícia da cidade do Rio de Janeiro em finais do século XIX e início do século XX no contexto de perseguição e proibição das chamadas “casas de dar fortuna” ou casas de candomblé, requisitados por Ladislau Netto durante a sua administração. Posteriormente, a coleção Heloísa Torres foi incorporada, composta por objetos que a administradora do museu comprou ou recebeu como doação durante suas viagens à Bahia, feitas para incrementar o acervo do museu, entre os anos 1938 e 1955.

Em setembro de 2014, os alunos do 6º ano da escola municipal Cecília Meireles, localizada na cidade do Rio de Janeiro, visitaram a sala da etnografia africana do Museu Nacional e uma das crianças parou na frente da sala com todo o respeito do mundo e disse: “Ah, professora, aqui é a sala da macumba, né?”².

Naquela sala expositiva havia três vitrines, a maior delas contendo objetos de cunho religioso, na maioria esculturas, fabricados no século XIX, e outros da primeira metade do século XX, mas todos sem nenhuma identificação quanto ao contexto de produção. Nas duas outras vitrines, colocadas na parte central da sala havia alguns dos presentes doados ao príncipe D. João

² A visita foi conduzida pela Prof.^a Carolina Ferreira, autora do artigo, que atua na referida escola há seis anos. Transversos, Rio de Janeiro, v. 04, n. 04. Ano 02. abr. – set. 2015. |

pelo Rei Adandozan, do Daomé, em 1808, além de alguns instrumentos de tortura típicos do período escravista brasileiro.

Expostos da forma como estavam, os objetos, principalmente as esculturas que remetiam às religiões de matriz africanas, simbolizavam aquilo que James Clifford (2006) denominou de sistema dicotômico de arte e cultura, formado no sistema capitalista da virada dos séculos XIX para o XX, no qual se “encontra interesse e beleza intrínsecos em objetos de um tempo passado, e assume que o colecionar objetos de uso diário pertencentes a civilizações antigas (...) será mais recompensador do que colecionar, por exemplo, garrafas térmicas da China Moderna” (CLIFFORD, 2006:74). A partir desta definição, os objetos referentes às religiões de matriz africana do século XIX e XX no museu silenciariam sobre qualquer conexão com a história de vida dos seus produtores, o seu contexto de produção e as demandas dos seus descendentes no mundo contemporâneo, passando a simbolizar apenas a riqueza material de povos do passado, totalmente afastados de nós.

Refletindo melhor sobre aquela visita feita com os alunos, podemos imaginar o que aquele aluno sentiu ao ver diversos objetos de cunho religioso expostos sem que houvesse nenhuma menção às suas origens. Aqueles objetos, da forma como estavam expostos, sugeriam mesmo que se entrava em um espaço que remetesse ao sagrado, ao ritualístico, e não ao histórico. Ademais, sua fala trazia forte preconceito, arraigado na linguagem, em relação às religiões de matrizes africanas.

Tentando pensar os questionamentos da Didática da História para a realidade da antiga sala da etnografia africana do Museu Nacional, desmontada em 2014, podemos apontar que a exposição reforçava uma visão estereotipada da África e dos objetos religiosos de africanos e de seus descendentes, sem identificar a procedência, a forma de recolhimento e os usos dos objetos expostos. Induzia a uma consciência histórica marcada pela invisibilidade do outro como um sujeito portador de história, reproduzindo uma cultura histórica que via a África como um continente misterioso e exótico, e os africanos e seus descendentes como incríveis artesãos. Sem histórias, sem lutas, sem reivindicações, sem lugar no presente.

Dessa forma, o aprendizado histórico que se supunha obter a partir da visita à exposição era bastante frágil uma vez que a interpretação histórica que ela possibilitava não relacionava

aqueles objetos ao presente e suas demandas, e muito menos antecipava propostas para o futuro. A fala do aluno pode ser encarada como um indício de que as crianças faziam uma relação entre as práticas religiosas do passado e as atuais, sem distinguir as especificidades de cada uma das temporalidades e a forma como aqueles objetos tornaram-se parte do museu, pois também não havia nenhuma legenda ou texto auxiliar que estabelecesse essa relação ou problematizasse o acervo.

Atendendo a uma reivindicação imposta pela necessidade de mudança nos currículos quanto ao ensino da África nas escolas de Educação Básica, através dos pressupostos das Leis 10.639/03 e 11.645/08, os quais valorizam a história africana e afrodescendente para além do mito da uniformidade da história e da cultura do continente africano e da superexposição da temática escravista, o museu se organizou para reformular sua exposição. Deu-se início então a uma intensa pesquisa para investigar o que era africano no acervo do museu e o que era produzido pelos seus descendentes no Brasil ao longo dos séculos XIX e XX³. No contexto daquela fala, a especialista em África comentava da dificuldade em catalogar e pesquisar os mais de 700 objetos que faziam parte da reserva técnica do museu para aquela temática.

Hoje, alguns desses objetos estão disponíveis à visitação na exposição “Kumbukumbu – África, Memória e Patrimônio”, inaugurada em 1º de outubro de 2014. A sala conta com 185 peças que pretendem demonstrar um pouco das relações estabelecidas entre Brasil e África ao longo dos três últimos séculos. A montagem da exposição foi possível graças ao financiamento do Programa de Apoio a projetos temáticos no Estado do Rio de Janeiro 2013 da FAPERJ com o projeto “Sala África: novos usos para a coleção de objetos africanos do Museu Nacional”.

Nela estão instaladas nove vitrines, sendo seis delas coladas às paredes e as outras três destacadas no meio da sala, todas separadas por temas e coleções. Na primeira vitrine, da esquerda para a direita podemos ver uma miscelânea de objetos selecionados para traduzir a riqueza cultural e material africana do passado e do presente, com destaque para máscaras, esculturas, tecidos e instrumentos musicais dos séculos XIX, XX e XXI. Na segunda vitrine, podemos observar várias armas de guerra do povo Herrero, que no final do século XIX foi derrotado e expulso de suas terras

³ Palestra da professora Marisa de Carvalho Soares, vinculada à Universidade Federal Fluminense, no 3º Congresso Internacional do PRONEX, realizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em novembro de 2012. Transversos, Rio de Janeiro, v. 04, n. 04. Ano 02. abr. – set. 2015. |

pela Alemanha no contexto do Imperialismo do século XIX. A terceira vitrine encostada na parede expõe objetos de usos diversos adquiridos no decurso das ocupações coloniais de inúmeros povos dos atuais países de Camarões, Guiné Equatorial, Gabão, República do Congo, República Democrática do Congo e Angola, os quais foram levados a museus europeus no contexto de formação das primeiras grandes coleções artísticas e etnográficas africanas, no século XIX, e mais tarde permutados com o museu brasileiro. A quarta vitrine é intitulada “Angola depois da escravidão atlântica”, e reúne objetos como diversos bastões Tchokwe (ou Quioco) e objetos de uso doméstico e ritual, sendo estes últimos doados, em 1936, pela missionária Celenia Pires Ferreira que viveu em Angola entre os anos de 1929 e 1935. A quinta vitrine contém alguns dos presentes dados, em 1810, pelo rei Adandozan do Reino do Daomé, ao príncipe regente D. João, entre eles: uma touca real, uma bolsa adornada com missangas e estojos de cachimbos. Em duas das vitrines centrais estão em destaque outros presentes: em uma destacam-se um trono real, uma bengala de passeio, uma sandália real e uma bolsa de couro. Na outra estão expostas uma réplica de uma bandeira que mostra as vitórias de Adandozan na guerra contra seus inimigos, os quais foram vendidos como escravos ou decapitados, além de instrumentos de tortura utilizados no castigo de escravizados no contexto da escravidão moderna no Brasil ao longo do século XIX. A sexta vitrine colada à parede mostra objetos de rituais e práticas religiosas de matriz africanas de diversas procedências e temporalidades, entre elas as coleções Polícia da Corte e Coleção Heloísa Torres, mencionadas acima, devidamente identificadas. Em frente à entrada da sala do museu está ainda uma última vitrine central, a qual expõe a presa de um elefante esculpida com motivos decorativos africanos no século XIX, sendo possivelmente trazida da Bacia do rio Congo.

A nova exposição, se comparada à que anteriormente ocupava a sala, traz uma série de mudanças que qualificam o tratamento da temática, no que se refere à ampliação do material apresentado e, principalmente, com relação à forma como são expostos os objetos pois investe na identificação dos produtores (quando possível) e doadores, na contextualização da origem dos bens materiais e na forma como eles chegaram até o acervo do museu. A respeito desse último ponto, James Clifford aponta que:

[...] a história das coleções [...] é fundamental para uma compreensão da maneira como os grupos sociais que inventaram a antropologia e a arte moderna apropriaram-se das coisas exóticas, dos fatos, e significados [...]. É importante analisar a maneira como as

discriminações poderosas feitas em momentos específicos constituem o sistema geral de objetos nos quais os artefatos valorizados circulam e fazem sentido (CLIFFORD, 2006, p.73).

De acordo com o autor, podemos perceber que houve um esforço da organização da nova exposição em não silenciar sobre a forma como estes acervos tornaram-se realidade, sob pena de mascarar a história, pois parte da coleção é formada por objetos que foram tomados pela polícia como prova de um delito criminoso – seguir religiões de matriz africana – em finais do século XIX e início do século XX. Eles não foram doados para o museu pelos seus produtores, foram confiscados de pessoas, que a despeito da Lei, lutavam para manter sua religiosidade e relações sociais e afetivas. A partir deste confisco, tais objetos foram solicitados pelo diretor do museu para fazer parte do acervo devido à sua condição exótica, rara e fadada ao desaparecimento como previam as ideias do evolucionismo social típicas do início do século XX.

Da forma como os objetos foram divididos nesta nova exposição, houve uma preocupação muito grande em explorar a origem não só dos objetos, mas das próprias coleções, a partir da forma como o museu conseguiu reunir aquele acervo sobre a África e seus descendentes no Brasil, trazendo para a discussão as escolhas passadas e presentes sobre o que seria o patrimônio nacional e mundial.

Novos desafios

Embora possamos analisar que a história do continente africano e dos afro-brasileiros narrada pela exposição Kumbukumbu avance em uma abordagem mais humana, mais plural e de acordo com as atuais discussões acadêmicas sobre história e patrimônio, produzindo uma auto-avaliação do próprio acervo e da forma como ele foi constituído, ainda são muitos os desafios ao ensino das histórias e culturas dos africanos e seus descendentes a partir dos museus.

O primeiro seria diminuir o descompasso entre a narrativa proposta pelo museu através de seus objetos e legendas e uma cultura histórica presente na sociedade que muitas vezes entende o continente africano como um lugar de pobreza e miséria material e intelectual, além de vislumbrar os contatos entre os continentes americano e africano a partir unicamente do trabalho escravo no passado. Um indício desta posição pode ser observado quando fotografava a nova exposição em Transversos, Rio de Janeiro, v. 04, n. 04. Ano 02. abr. – set. 2015. |

julho de 2015, quando ao visitar a sala uma criança de aparentemente 6 anos perguntou à mãe: “O que é africano, mãe?” E a mãe respondeu “São os negros, os escravos que vieram trabalhar no Brasil há muito tempo atrás”. De 185 objetos, 3 remetem à escravidão e seus supícios, e mesmo assim a ideia sobre África que esta criança construiu a partir da exposição e da mediação feita pela mãe foi de um continente que forneceu mão de obra compulsória ao Brasil no passado, como se não fosse muito mais do que isso, no passado e no presente.

O segundo desafio seria conseguir relacionar este acervo e suas histórias de produção e patrimonialização com as demandas e reivindicações dos descendentes dos produtores destes objetos no contexto contemporâneo, pois como bem colocou o professor Manoel Salgado,

Revisitar o passado não pode ser desvinculado das demandas e exigências de um tempo presente e, nesse sentido, sua compreensão é também parte da inteligibilidade de uma cultura histórica que aciona experiências, imagens e atores do passado para uma contemporaneidade que busca nesse tempo que ficou para trás referências para imaginar o mundo em que se vive. (SALGADO, 2007: 39)

Seria interessante que se pudesse refletir a partir da coleção Polícia da Corte do Museu Nacional sobre as discriminações, as perseguições, a intolerância religiosa e a resistência vividas pelas pessoas que abraçavam religiões de matriz africana no contexto da virada do século XIX para o XX em relação aos candomblecistas e umbandistas que nos dias de hoje também vivem momentos de perseguição religiosa, percebendo suas semelhanças e diferenças, buscando novas formas de dimensionar o passado, o presente e relacioná-los às ações que queremos desenvolver no futuro.

A partir de uma proposta assim construída, o aprendizado histórico desenvolvido abarcaria a noção pretendida por teóricos como Rüsen, na medida em que o passado seria interpretado e relacionado com o presente e suas demandas. O objetivo, obviamente, seria ampliar a consciência histórica dos jovens e adultos para o respeito e convivência com o outro e suas crenças religiosas, reconhecendo-lhes a sua história e suas lutas – no passado e no presente, em direção ao modelo que o historiador alemão definiu como uma consciência histórica genética, aquela em que o sujeito consegue estabelecer relações entre o passado e o presente percebendo suas semelhanças, diferenças e relações na busca por uma orientação temporal voltada para o diálogo, reconhecimento do outro e acolhimento de diferentes perspectivas.

A partir das bases teóricas da Didática da História e a despeito das pressões que nós professores do Ensino Básico sofremos para silenciar sobre temas considerados polêmicos como a intolerância religiosa, fica aqui então o convite para que de posse destas reflexões possamos fazer emergir as histórias e as lutas por liberdade religiosa no Brasil ao longo do século XIX, XX e XXI, como uma forma de valorizar e defender a diversidade cultural brasileira e um ensino de História veiculado às demandas do presente.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Presidência da República. *Lei 11.645, de 10 de março de 2008*. Altera a lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, modifica a lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

_____. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei 7180/2014. Altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1230836&filename=PL+7180/2014

_____. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei 867/ 2015. Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o "Programa Escola sem Partido". Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=E38CC6E494FC91A10743BF52B3543796.proposicoesWeb1?codteor=1317168&filename=Avulso+-PL+867/2015

BERGMANN, Klaus. *A história na reflexão didática*. Revista Brasileira de História, São Paulo, vol. 9, n. 19, p. 29-42, set. 1989 – fev. 1990.

CARDOSO, Oldimar. *Para uma definição de didática da história*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 28, nº 55, p. 153-170, 2008.

CLIFFORD, James. *Colecionando arte e cultura*. Musas. Revista Brasileira de Museus e Museologia. 2007 p. 69-89

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória*. In. ABREU, Marta; SOIHET, Rachel e GONTIJO, Rebecca (orgs.). *Cultura política e leituras do passado*. RJ, Civilização Brasileira, 2007, p. 23-41.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. *Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico*. Anais do Museu Paulista. São Paulo. Nova série, v. 2, 1994 p. 9-41

PEREIRA, Júnia Sales, ROZA, Luciano Magela. O ensino de história entre o dever de memória e o direito à história. In. Revista História Hoje, v.1 nº1, 2012 p. 89-110.

RÜSEN, Jorn. *Aprendizado histórico*. SCHMIDT, M. A; BARCA, I.; MARTINS, E. R. (orgs.) Jorn Rüsen e o ensino de História. Curitiba: Ed. UFPR, 2010, p. 41-49.

_____. *Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão*. Práxis Educativa, Ponta Grossa/PR, vol. 1, nº2, p. 7-16, jul-dez.2006.

_____. *¿Qué es la cultura histórica? Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia*, 2009. Disponível em: <http://www.culturahistorica.es/ruesen.castellano.html>.

SADDI, Rafael. O *parafuso da didática da história: o objeto de pesquisa e o campo de investigação de uma didática da história ampliada*. Revista Acta Scientiarum, Maringá, vol. 34, nº. 2, p. 211-220, jul-dez, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo, Companhia da Letras, 1993.

* * *

Como citar:

FERREIRA, Carolina Barcellos; COSTA, Carina Martins. O ensino das relações étnico-raciais em museus: uma discussão a partir do referencial teórico da didática da história. **Revista Transversos**, Rio de Janeiro, Vol. 04, nº. 04. Ano 02; abr.-set. 2015, pp. 83-96. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>>. ISSN 2179-7528.